

Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A Administração da **Sterlite Brazil Participações S.A.** ("Brazil Participações" ou "SBP" ou "Controladora") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

A Sociedade

A **Sterlite Brazil Participações S.A.** ("Brazil Participações" ou "SBP" ou "Controladora"), constituída em 30 de junho de 2017, é uma sociedade anônima fechada brasileira, de capital privado, cujo propósito principal é atuar como holding de empresas, participando no capital de outras sociedades. Atualmente tem como acionistas as empresas estrangeiras Sterlite Power Transmission Limited e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.

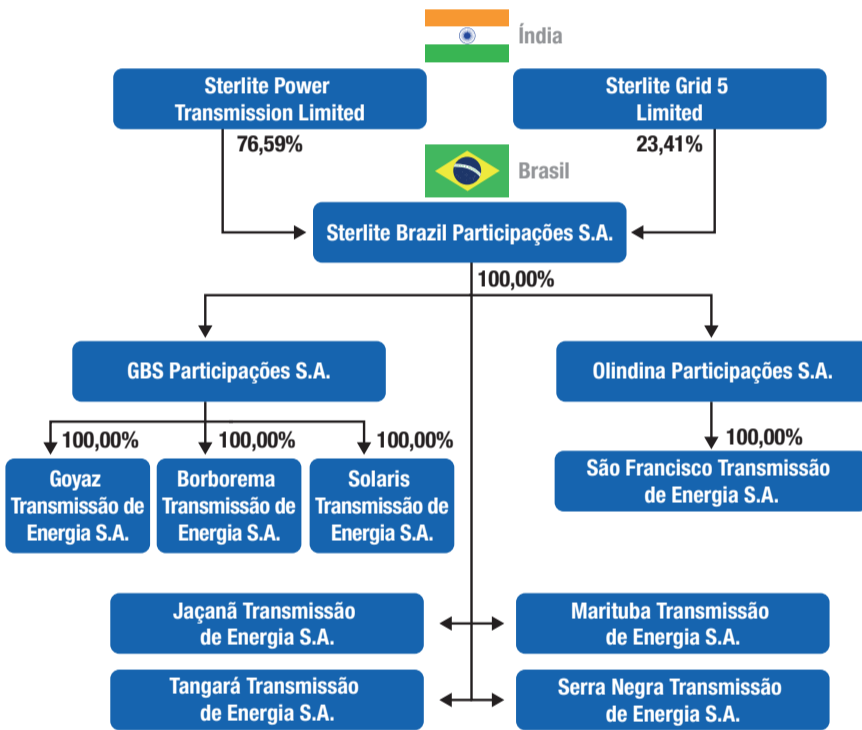
No Brasil, o grupo econômico da SBP é formado pela própria Controladora e por suas Subsidiárias integrais - Sociedades de Propósito Específico ("SPE").

A GBS Participações S.A. foi constituída dentro do planejamento de reestruturação societária e, a partir de fevereiro de 2022, passou a ser controladora direta das SPEs: Goyaz Transmissão de Energia S.A., Borborema Transmissão de Energia S.A. e Solaris Transmissão de Energia S.A., através da transferência de 100% das suas ações, que até então eram de posse e controle total da SBP.

Em 2022, a Sterlite Brazil Participações incrementou seu portfólio de ativos através das Companhias: Jaçanã Transmissão de Energia S.A., adquirida no Leilão de Transmissão da ANEEL nº 02/2021, e Serra Negra Transmissão de Energia S.A. e Tangará Transmissão de Energia S.A., adquiridas no Leilão de Transmissão da ANEEL nº 01/2022. Juntos, os novos ativos, quando em operação, proporcionarão ao Grupo um aumento de RAP de aproximadamente R\$ 117 milhões.

Em 01 de julho de 2023, a Sterlite Brazil Participações S.A. realizou reorganização societária de suas controladas e, como consequência, nessa data, a Companhia São Francisco Transmissão de Energia S.A. passou a ser controlada pela Olindina Participações S.A., por meio da transferência de 100% das ações.

Em 31 de dezembro de 2023 a SBP manteve seu controle direto, com 100% de participação nas Companhias: GBS Participações S.A., Olindina Participações S.A., Marituba Transmissão de Energia S.A., Jaçanã Transmissão de Energia S.A., Serra Negra Transmissão de Energia S.A. e Tangará Transmissão de Energia S.A. e de forma indireta, nas SPEs: Goyaz Transmissão de Energia S.A., Borborema Transmissão de Energia S.A. e Solaris Transmissão de Energia S.A., através de sua subsidiária integral, a GBS Participações S.A. e de São Francisco Transmissão de Energia S.A., através de sua subsidiária integral, a Olindina Participações S.A.



Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão

O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros de distribuição, de onde as distribuidoras a levam até os consumidores. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Dentre as atribuições da ANEEL, está a concessão do direito de exploração dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo, bem como pela realização de leilões de energia elétrica. Por fim, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Pelos serviços de transporte de energia elétrica, as concessionárias de transmissão de energia são remuneradas através da Receita Anual Permitida (RAP). O recebimento da RAP depende da disponibilidade das linhas e não do volume de energia transportado, o que torna a receita das transmissoras muito previsível. Seu valor é definido no leilão de transmissão, pago às transmissoras a partir da entrada em operação comercial de suas instalações, e regido por um marco regulatório completo e consistente que garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	33.517	255.517	238.256	526.194
Concessionárias e permissionárias	8	–	–	24.895	7.189
Ativo de concessão	13	–	–	307.094	206.942
Prêmio de seguro		86	–	3.934	3.108
Tributos e contribuições a compensar	9	5.752	9.046	9.715	10.652
Adiantamento a fornecedores e funcionários	10	2	2.197	14	3.206
Dividendos a receber		3.463	2.901	–	–
Outros créditos		–	5	35	4.372
Valor a receber pela alienação de investimento	11	2.771	2.771	2.771	2.771
Partes relacionadas	12	2.202	2.202	–	–
Total do ativo circulante		47.793	274.639	586.714	764.434
Ativo Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Caixa restrito	7	–	–	6.958	–
Ativo da concessão	13	–	–	3.782.806	2.692.417
Adiantamento a fornecedores	10	2.643	–	64.373	122.377
Tributos e contribuições a compensar	9	–	–	–	551
Impostos de renda e contribuição social diferido	18	444	17.818	4.077	17.901
Valores a receber pela alienação de investimento	11	4.707	5.213	4.707	5.213
Prêmio de seguro		7	11	1.083	2.432
		7.801	23.042	3.864.004	2.840.891
Investimentos	14	1.339.100	1.113.716	–	–
Imobilizado		2.492	3.132	2.492	3.132
Intangível		2.253	861	2.253	861
		1.343.845	1.117.709	4.745	3.993
Total do ativo não circulante		1.351.646	1.140.751	3.868.749	2.844.884
Total do ativo		1.399.439	1.415.390	4.455.463	3.609.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Perfil

No mundo, o Grupo Sterlite Power caracteriza-se pela atuação especializada no segmento de infraestrutura para transmissão de energia, com projetos na Índia e no Brasil. Motivada pela inovação e excelência operacional, comprometida com sua missão de oferecer serviços de infraestrutura de qualidade em transmissão de energia. O Grupo possui ainda investimentos em energias renováveis e produção de cabos para a indústria de energia na Índia.

No Brasil, a SPB trabalha para fortalecer o sistema de transmissão de energia através de seu portfólio, constituído de aproximadamente 2.000 km de linhas de transmissão em projetos nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, contribuindo para o escoamento da energia elétrica gerada nessas regiões e, conseqüentemente, para o progresso socioeconômico do país.

Início das operações

A Sterlite Brazil Participações S.A. possui em seu portfólio 4 concessões em operação comercial e com faturamento integral da RAP, ao quais:

Goyaz Transmissão de Energia S.A. (GO);

Borborema Transmissão de Energia S.A. (PB);

Solaris Transmissão de Energia S.A. (MG);

Marituba Transmissão de Energia S.A. (PA).

Os quatro projetos em construção são:

São Francisco (SE e BA): compreende uma linha de transmissão entre as subestações de Porto Sergipe e Olindina, linha de transmissão entre as subestações Olindina e Sapeaçu e linha de transmissão entre as subestações Morro do Chapéu II e Irecê e ampliação das respectivas subestações, que está em fase final e com entrega prevista para junho de 2024.

Jaçanã (BA): integração entre os pátios de 500 kV 3 230 kV na SE Olindina, com implantação de transformador 500/230 - 13,8 kV.

Há, ainda, os projetos Serra Negra e Tangará, em fase de engenharia executiva e aquisição de equipamentos e serviços.

Estruturação financeira

Em 2021 a Companhia colocou em prática novas iniciativas financeiras através do financiamento por meio de bancos privados e emissões de debêntures privadas, permitindo acesso além das linhas de fomento do setor público para projetos de infraestrutura, como as do FNO e FNE.

Ao longo de 2022, o grupo SBP obteve uma série de avanços nos financiamentos de longo prazo de seus projetos, destacando-se: (i) **Marituba**, primeira emissão de debêntures no valor de R\$ 150 milhões e ainda R\$ 536 milhões referentes ao financiamento do projeto junto ao Banco da Amazônia ("BASA"), dos quais foram recebidos R\$ 394.242 milhões até 31 de dezembro de 2022; (ii) **São Francisco**, que em setembro de 2022 realizou a emissão de notas promissórias comerciais, em série única, no valor de R\$ 80 milhões, através do Banco Modal. Em janeiro de 2023, foi assinado um contrato no valor de R\$ 150 milhões com o FDNE, através do Banco do Brasil e em março de 2023 assinou empréstimo-ponte no montante de R\$ 150 milhões com o Banco do Nordeste.

Processos de Licenciamento

PRINCIPAIS LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS OBTIDAS EM 2023

Projeto	Licença		Órgão Emissor	Data de Emissão
	Tipo	Nº de Licença		
Marituba	Licença de Operação	14217/2023	SEMAS/PA	26/06/2023
Serra Negra	Licença Prévia	25/2023	ADEMAS/SE	16/11/2023

Governança corporativa

A Sterlite Brazil Participações S.A. é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como engenharia, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

Na implantação das linhas de transmissão de energia, o Grupo SBP no Brasil opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A SBP entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e às populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

Neste sentido, a companhia desenvolveu um conjunto completo de processos que cobre todas as fases do ciclo de vida de seus projetos. O SWW (Sterlite Way of Working) compreende: Handovers; Criação das SPEs; Licenciamento ambiental; Engenharia; Negociações fundiárias; Supply Chain Management; Gerenciamento e execução de projetos; Qualidade; Saúde e segurança no trabalho.

Fato relevante

Em março de 2022, a GBS Participações S.A. realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R\$ 1.000.

Na Escritura de Emissão das Debêntures, por um erro de digitação, ficou consignado na cláusula 6.1.2 (xiv) o ano de 2023 como exigível para cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Ainda que em decorrência desse equívoco, formalmente deu-se o não atingimento do índice no referido ano, sendo a correção da escritura considerada intempésta para o período, ocasionando, por conseguinte, o descumprimento da obrigação "covenant". Seguindo o determinado nas normas contábeis, a Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante, resultando em um Capital Circulante Líquido Negativo, o que pode levar ao questionamento quanto à sua continuidade operacional. Entretanto, tendo em vista que o perdão temporário "waiver" para o descumprimento da cláusula supracitada está em processo de formalização através de Assembleia Geral de Debenturistas "AGD", a Companhia entende tratar-se de uma questão transitória. Vale destacar que a Companhia não antecipa dificuldades para obtenção do referido perdão, bem como informa que o não atingimento do índice não configura condição para declaração de vencimento antecipado automático.

Sendo uma subsidiária integral da SBP, a ocorrência em GBS Participações S.A. afetou diretamente as Demonstrações Financeiras de sua Controladora, razão pela qual entendemos relevante realizar o esclarecimento acima.

São Paulo, 19 de junho de 2024

A Administração



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

continua →



STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Sterlite Brazil Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sterlite Brazil Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que conforme balanço patrimonial o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 607.075 mil na controladora e R\$ 979.926 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2023. O capital circulante líquido está afetado substancialmente pela reclassificação de determinadas dívidas, nos montantes de R\$ 450.980 mil na controladora e R\$ 1.050.725 mil no consolidado para o curto prazo, em virtude do descumprimento de convenants financeiros. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 2.2 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de concessão:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 13, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 4.089.900 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de suas controladas, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso;

(ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de maio de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE026317/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>